



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 05/06/2018	<b>Medida Provisória nº 836, de 30 de maio de 2018</b>
<b>Autor</b> <b>Pepe Vargas</b>	<b>Nº do Prontuário</b>
1. _ Supressiva    2. _ Substitutiva    3. _ Modificativa    4. X Aditiva    5. _ Substitutivo Global	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o inciso III ao artigo 1º da Medida Provisória 836, de 2018:

...

Art. 1º - .Ficam revogados:

I - ...

II - ...

III - a Lei 13.586 de 28 de dezembro de 2017 que Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.

Justificativa.

O Governo de Temer apresenta ao Congresso uma conta de sua desastrada política de preços de combustíveis, encabeçada pelo ex-presidente da estatal e ex-ministro do apagão, Sr. Pedro Parente e que, infelizmente, não parece que vá mudar. Veja-se, por exemplo, que mesmo com o País parado pelo movimento de paralisação dos caminhoneiros, a gasolina foi majorada em cerca de 8% neste período.

Para sustentar a política que tem apenas o interesse de garantir lucro aos acionistas privados da Companhia, o governo Temer, para subsidiar um congelamento do preço do diesel, retira recursos de áreas sociais fragilizando ainda mais o atendimento ao cidadão nas áreas de saúde e educação e



assistência social e agricultura familiar entre outras.

Esta emenda tem o condão de proporcionar que a presente medida provisória, que trata de retirada de benefícios fiscais com impactos de cerca de 2 bilhões até 2020, possa ser muito mais significativa na arrecadação federal, haja vista que propõe a revogação da farra bilionária dada à petroleiras internacionais que vem explorar nosso petróleo que chega à monta de 1 trilhão de reais em sua vigência.

Taxar lucros e dividendos de ricos, objeto de outra emenda, corrigir tabela de imposto de renda para os assalariados e acabar com a farra do trilhão de isenção para empresas lá de fora. Esta receita é mais efetiva para que o governo, em contrário de suprimir, coloque mais dinheiro em saúde e educação, assistência e outras políticas públicas para o povo brasileiro.

**PARLAMENTAR**

**Deputado Pepe Vargas  
PT/RS**



CD/18727.65354-38